



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 047/2013

Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de Transporte Escolar de linhas estaduais para o ano letivo de 2013/14.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ECOPORANGA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, torna público, para ciência dos interessados, que de acordo com a Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, Lei 123/2006, Lei Municipal 1.379/2008, Decreto Municipal nº. 2.882/2005 e com autuação do Pregoeiro e equipe de apoio nomeados pela Portaria nº. 0004 de 02 de janeiro de 2013, encontra-se aberta a licitação, como segue:

MODALIDADE:	Pregão	NÚMERO:	047/2013	FORMA:	Presencial
TIPO:	Menor Preço, por Item	DATA DE ABERTURA:	26 de Junho de 2013		
CREDENCIAMENTO:	À partir das 08h00min	HORA DE ABERTURA:	Às 08h30min		
PROCESSO(S):	3032 e 3483/2013	REG. EXECUÇÃO	Indireta		
ÓRGÃOS REQUERENTES:	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
ENDEREÇO:	Sala da CPL, Rua Suelon Dias Mendonça, 20 - Centro - Ecoporanga-ES - CEP 29850-000				
PUBLICAÇÃO:	Diário do ES (31883); site: www.ecoporanga.es.gov.br e mural			DATA:	14/06/2013

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a "Contratação de Pessoa Física e/ou jurídica para prestação de serviços de Transporte Escolar no Município de Ecoporanga-ES para o ano letivo de 2013/14".

1.2. As linhas e todas as condições estão contidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste edital".

2 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão:

2.1.1. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, idôneas e aptas para licitar ou contratar com a Administração Pública, cujo objeto do seu Contrato Social ou instrumento equivalente atenda aos requisitos deste edital.

2.2. Não poderão participar:

2.2.1. As interessadas que se encontrem sob o regime falimentar.

2.2.2. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.3. Aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.2.4. Que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Ecoporanga/ES, salvo se já reabilitada.

2.2.5. Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou proprietários sejam do quadro de funcionários do Município de Ecoporanga-ES.

2.2.6. Técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, que pertençam, ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação.

2.2.7. Pessoas físicas ou jurídicas, cujo veículo for reprovado na avaliação feita pelo INMETRO.

3 - DOS ENVELOPES

3.1.1.1 - Os que desejarem participar do pregão deverão entregar ao Pregoeiro dois envelopes fechados, lacrados, indicando, respectivamente, "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", contendo na parte externa os dizeres a seguir:

3.1.1. Do envelope da Proposta de Preços:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE ECOPORANGA - ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2013
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ / CPF
LINHA:

3.1.2. Do Envelope de Habilitação

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ECOPORANGA - ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2013
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ / CPF

3.1.1. LINHA

3.2. Licitantes que desejam enviar seus envelopes via postal (com AR - Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do Pregoeiro em exercício.

3.2.1. Para o disposto no item anterior, sugerimos que envie para o e-mail indicando no rodapé deste edital o código de rastreamento do objeto (envelopes).

3.3. Ocorrendo o envio dos envelopes, a "declaração de que cumpre os requisitos de



habilitação" e a comprovação de ME/EPP deverão esta num terceiro envelope.

3.4. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após o dia e horário definidos neste Edital.

3.5. Não será aceito, nesta licitação, propostas, documentos de habilitação, impugnações e/ou recursos enviados por e-mail ou fax.

3.6. Não será feito a abertura do envelope, cujos dados nele contidos não corresponda ao do Proponente, sendo o mesmo desclassificado.

4 - DO CREDENCIAMENTO / REPRESENTANTE LEGAL

4.1. A licitante deverá apresentar a DECLARAÇÃO de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. Conforme anexos. O cumprimento dessa exigência é pré-requisito para participação no certame. (Art. 4º, VII – Lei 10.520/02).

4.2. A NÃO-ENTREGA DA DECLARAÇÃO EXIGIDA NO ITEM ANTERIOR IMPLICARÁ O NÃO-RECEBIMENTO, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

4.3. Para o credenciamento, o representante deverá apresentar-se, perante o Pregoeiro a partir de 60 (sessenta) minutos antes do início do pregão, munido dos documentos hábeis que o credenciem a participar deste procedimento licitatório.

4.4. Somente será admitido o credenciamento de um único representante para cada licitante.

4.5. REPRESENTANTE LEGAL

4.5.1. O representante deverá ter poderes para, em nome do licitante, praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações e assinar proposta de preços após a etapa de lances.

4.5.2. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumentos públicos ou particulares, observado o seguinte:

4.5.2.1. No caso de pessoa que exerce a função de órgão da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente, etc.):

a) Documento de identidade;

b) O instrumento de constituição da sociedade empresária;

c) O Documento acima deverá constar os poderes necessários a assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhe os poderes necessários.

4.5.3. Os mandatários deverão apresentar os documentos:

4.5.3.1. Documento de Identidade;

4.5.3.2. Procuração, com a firma do outorgante reconhecida;

4.5.3.3. O instrumento de constituição da sociedade empresária.

4.5.4. A falta de clareza quanto aos poderes necessários à oferta de lances implicará a impossibilidade de o licitante formulá-los. Recomenda-se, assim, a adoção do modelo de PROCURAÇÃO contido nos anexos.

4.5.5. Os documentos de identidade, instrumento de constituição da empresa, poderão ser apresentadas cópias autenticadas ou apresentar os originais, juntamente com sua cópia para conferência.

4.5.6. A licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular as ofertas verbais da etapa de lances do pregão, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita. Outrossim, o licitante não poderá praticar qualquer ato na sessão de realização do certame, como a interposição de recursos.

4.6. DA COMPROVAÇÃO DE ME/EPP.

4.6.1. As empresas licitantes, que desejarem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, no credenciamento:

4.6.1.1. DECLARAÇÃO - com firma reconhecida do contador e do responsável legal - de não estar enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06 (ver anexos).

4.6.1.2. CERTIDÃO emitida pela junta comercial do Estado da sede da empresa licitante com data não



superior a 60 (sessenta) dias constando o seu enquadramento na condição de ME/EPP.

4.6.2. A comprovação da condição de ME/EPP ou equiparada deverá ser apresentada da seguinte forma:

4.6.2.1. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>;

4.6.2.2. Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

4.6.3. A não comprovação de condição de ME/EPP não acarretará na inabilitação da mesma, tão somente a perda dos benefícios concedidos pela LC 123/06.

4.7. A não comprovação de condição de ME/EPP não acarretará na inabilitação da mesma, tão somente a perda dos benefícios concedidos pela LC 123/06. Todos os documentos relativos ao credenciamento deverão estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos de habilitação, inclusive a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

4.8. O instrumento de Constituição da empresa enumerados no item 8.2.1 quando apresentado no CREDENCIAMENTO não será obrigatória outra cópia dentro do envelope de habilitação

4.9. Caso o licitante envie seus envelopes via correio ou por portador, deverá incluir os documentos exigíveis no credenciamento em outro envelope.

4.10. Qualquer envelope que esteja irregular fora das exigências deste edital (*nome de outra empresa, ausência da identificação da proponente, ausência da citação do nº da licitação ou de qualquer outro exigido neste edital*) não será aberto, sendo desclassificado – se for proposta, ou inabilitada – se for habilitação.

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, o Pregoeiro receberá o envelope de PROPOSTA DE PREÇOS devidamente fechado, lacrado e na parte externa deverá constar os dizeres do item 3.1.1.

5.2. O conteúdo da proposta deverá ser impressa ou datilografada, em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, sendo aceito o máximo de dois dígitos após a vírgula (ex.: R\$ 0,00), com clareza, sem alternativas, emendas, rasura ou entrelinhas.

5.3. Suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), e nela deverão constar:

5.3.1. Uma única cotação de preço para cada linha.

5.3.2. Cotação somente do(s) item(ns) no qual a empresa irá concorrer, obedecendo a numeração sequencial do termo de referência.

5.4. Não será aceita a retirada ou a desistência da proposta sob qualquer alegação, exceto se o mesmo não atender aos requisitos contidos neste edital e no Termo de Referência.

5.5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.5.1. As propostas serão classificadas e julgadas de acordo com os incisos VII a XI do artigo 4º da Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002.

5.5.2. As propostas deverão ter validade igual ou superior a 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de realização deste certame.

5.5.3. Nas propostas, cujo conteúdo não conter a validade, será considerado prazo definido neste Edital.

5.5.4. Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargo ou com preços indeterminados.

5.5.5. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas do que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

5.5.6. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerá o por extenso.

5.5.7. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços

5 - DA PROPOSTA



unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

5.5.8. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos que a administração dispõe-se a pagar, serão aqueles contidos no termo de Referência deste Edital.

5.5.9. Encerrada a etapa de lances do item ou lote e o valor final ficar acima do valor estimado, poderá o Pregoeiro promover negociações a fim de reduzi-lo ou revogá-lo em caso contrário.

6 - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

6.1. A simples participação neste certame implica:

6.1.1. Na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.1.2. Que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (a exemplo de impostos, taxas encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros etc), bem como os descontos porventura concedidos.

6.1.3. Que a licitante vencedora se compromete a executar os serviços nos preços e prazos constantes de sua proposta.

6.1.4. Que em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, ressalvadas as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.

6.1.5. Que poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro erros meramente matemáticos.

6.1.6. Que a falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. No dia, hora e local designados neste edital, o Pregoeiro receberá, o(s) envelope(s) contendo os DOCUMENTOS exigidos para HABILITAÇÃO.

7.2. Os documentos necessários à habilitação no certame são os seguintes e preferencialmente devem estar na ordem:

7.2.1. HABILITAÇÃO - PESSOA JURÍDICA:

7.2.1.1. No caso de empresário individual, requerimento de empresário devidamente registrado na junta comercial;

7.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou CONTRATO CONSOLIDADO, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.

7.2.1.4. No caso de Microempreendedor individual, apresentar o CCMI – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

7.2.2. HABILITAÇÃO - PESSOA FÍSICA

7.2.2.1. Cópia de documento de identidade, devidamente autenticada.

7.2.2.2. Prova de inscrição no INSS através do PIS/PASEP, NIT ou CEI.

7.2.3. REGULARIDADE FISCAL - PESSOA JURÍDICA:

7.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.3.2. Prova de regularidade perante a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e RFB - Receita Federal do Brasil.

7.2.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

7.2.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município do domicílio ou sede do licitante;

7.2.3.5. Prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS).

7.2.3.6. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.2.3.7. Em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, a empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

a) Todos os documentos de regularidade fiscal deverão estar válidos na data de abertura desta licitação.

7.2.4. REGULARIDADE FISCAL - PESSOA FÍSICA

7.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), através de informação obtida no site www.receita.fazenda.gov.br, comprovando sua regularidade.



7.2.4.2. Prova de regularidade com Fazenda Estadual do domicílio da pessoa com validade na data de realização da licitação.

7.2.4.3. Prova de regularidade (certidão) junto à seguridade social – INSS, caso seja inscrito no CEI.

7.2.4.4. Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), caso seja inscrito no CEI.

7.2.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da pessoa.

7.2.4.6. Prova de regularidade fiscal com a Receita Federal (certidão negativa de débitos de tributos e contribuições).

7.2.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PESSOA FÍSICA/JURÍDICA:

7.2.5.1. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

a) Registro ou Inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Administração – CRA (*Lei 4769/65, Decreto 61934/67 e Resoluções do Conselho Federal de Administração*);

a.1 - Para fins de assinatura do contrato, caso a licitante vencedora seja sediada em local diverso do Espírito Santo, deverá efetuar o registro secundário no CRA-ES.

b) Cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação do(s) motorista(s) em validade;

c) Cópia do CERTIFICADO DE REGISTRO e LICENCIAMENTO de veículos com seu respectivo seguro facultativo/obrigatório quitado.

d) CERTIDÃO de nada consta do veículo.

e) Cópia do TERMO DE AUTORIZAÇÃO emitido pelo DETRAN-ES, atualizado, conforme a Lei nº. 7.001/01, atendendo as exigências da legislação de trânsito, em especial o artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do CONTRAN nº. 18/98 e 87/99.

f) Cópia de COMPROVANTE DE APROVAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, conforme estabelece a Resolução do CONTRAN nº. 789 de 13 de dezembro de 1994 e Resolução CONTRAN nº. 55 de 21 de maio de 1998.

g) Cópia do Cadastro no DETRAN-ES de condutor de veículos de transporte escolar, conforme instrução de serviço nº. 026 de 15 de abril de 2.005.

7.2.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (PESSOA FÍSICA/JURÍDICA):

7.2.6.1. Certidão NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 30 (trinta) dias da data de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital, conforme estabelece o artigo 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Espírito Santo (Biênio 2008/2009).

7.2.6.2. Alvará de Localização e funcionamento. (*Pessoa física / Pessoa jurídica*).

7.2.7. OUTROS DOCUMENTOS: (*modelo nos anexo*)

7.2.7.1. **DECLARAÇÃO** de que não emprega menores conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo IV)

7.2.7.2. **DECLARAÇÃO** de inexistência de fato superveniente

7.2.7.3. **DECLARAÇÃO** justificando a compatibilidade de linhas, caso exista dois roteiros que possam ser efetuado pelo mesmo veículo, a ser avaliada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7.2.7.4. **DECLARAÇÃO** do licitante de aparelhamento e de pessoal adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação e de capacidade para substituição dos veículos quando necessário, garantindo que não ocorra paralisação do transporte escolar.

7.3. Todas as **declarações** deverão estar assinadas pela pessoa responsável pela empresa.

7.4. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (pessoa física/jurídica, matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documentos próprio, e estarem vigentes à época de abertura do envelope contendo a documentação.

7.5. O Pregoeiro poderá solicitar pessoa competente para avaliação de documentos.

7.6. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade serão inabilitados.

7.7. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos, neste Edital ou estabelecida em lei específica. Em caso de omissão, o Pregoeiro



admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias de sua apresentação/emissão.

7.8. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas nem cópia de documentos por fax.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1. O Pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS e de DOCUMENTAÇÃO e ainda, à realização do procedimento licitatório.

8.2. Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o Pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata, principalmente nos casos em que se decidir pela irregularidade da representação.

8.3. O Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelos licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital.

8.4. Caso haja propostas empatadas na terceira posição, todas elas participarão da etapa de lances.

8.5. Caso haja uma só proposta admitida, o Pregoeiro poderá dar continuidade ao procedimento sem a realização da fase de lances, aplicando os dispositivos deste edital concernentes à aceitabilidade da proposta, à habilitação, à negociação do preço ofertado e à adjudicação ou prorrogar o certame para a obtenção de um maior número de licitantes para obter a melhor proposta.

8.6. A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes das licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível.

8.7. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.

8.8. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Logo depois, o Pregoeiro convidará individualmente, em ordem decrescente de preços, os demais licitantes selecionados para ofertarem seus lances, seguindo a mesma sequência nas rodadas subsequentes.

8.9. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subsequentes na sequência.

8.10. Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.

8.11. A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando for convidado, seja na rodada inicial seja nas subsequentes, implicará, apenas, sua exclusão da fase de lances nas rodadas ulteriores. Contudo, nessa hipótese, o preço da proposta escrita ou do último lance formulado, conforme o caso será mantido, para efeito de ordenação das propostas.

8.12. O preço da proposta escrita do licitante sem representação continuará válido na etapa de lances, se ela for selecionada para tanto.

8.13. Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.14. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.

8.15. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de celular. Autorizado pelo Pregoeiro, o tempo concedido não poderá exceder 5 minutos.

8.16. O Pregoeiro deverá registrar os lances ofertados, podendo, para tal fim, usar meios eletrônicos de gravação.

8.17. Os licitantes poderão utilizar equipamentos de gravação para registrar o procedimento, desde que não embarquem o desenvolvimento do certame ou prejudiquem o conforto físico dos presentes.

8.18. Quando for obtido o menor preço possível para o item, a etapa de lances será concluída. Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço em cada item ou lote.



8.19. Declarada encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.20. Se a proposta do primeiro classificado for aceita, o pregoeiro deverá abrir o respectivo envelope de documentação, para confirmar as condições habilitatórias, consoante as exigências deste Edital.

8.21. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.22. Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. O Pregoeiro continuará semelhante procedimento, seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.23. A declaração imediata do objeto ao vencedor somente será feita pelo Pregoeiro se não houver manifestações recursais.

8.24. A declaração do objeto ao vencedor não produz o efeito liberatório dos demais licitantes classificados.

8.25. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá a homologação do mapa de lances, dispensando assim o envio de nova proposta.

8.26. Após a adjudicação, caberá à autoridade superior homologar o procedimento.

8.27. Durante a etapa de lances poderá ser aberto o envelope de habilitação da licitante que vencer o item ou lote desde que seja de comum acordo. Sua habilitação permitirá a participação na etapa de lances, caso seja inabilitada será automaticamente eliminada da etapa de lances.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto licitado.

9.2. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

9.3. A homologação em favor da licitante adjudicada nesta licitação será feita pelo Exm^o. Senhor Prefeito Municipal de Ecoporanga-ES, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

9.4. Caberá à Autoridade Competente, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

10 - DO PREGOEIRO

10.1. Compete ao Pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindo-lhe os atos decisórios de cada fase.

10.2. Ao Pregoeiro caberá, em especial:

10.2.1. Coordenação do processo licitatório;

10.2.2. Condução dos trabalhos da equipe de apoio, da sessão pública do pregão presencial ou eletrônico e da etapa de lances;

10.2.3. Recebimento, exame e decisão das impugnações e consultas à licitação, com apoio do setor requisitante do objeto e da assessoria jurídica;

10.2.4. Verificação da conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no ato convocatório;

10.2.5. Verificação e julgamento das condições de habilitação;

10.2.6. Recebimento, exame e decisão dos recursos encaminhados à autoridade competente quando for mantida a decisão;

10.2.7. Indicação do vencedor do pregão;

10.2.8. Adjudicação do objeto, quando não houver recurso;

10.2.9. Encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior com proposta de homologação.

10.3. O Pregoeiro exercerá a polícia dos trabalhos, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir o silêncio e



determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados) que se conduza de forma inadequada e abusiva.

10.4. O Pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

11 - DO CONTRATO

11.1. Homologada e publicada a licitação, a Administração convocará, por escrito, a adjudicatária para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a publicação da homologação, assinar o instrumento contratual, que obedecerá ao disposto neste Edital a as condições do Capítulo III da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado, a pedido fundamentado do adjudicatário, aceito pela Administração, uma única vez e por igual período.

11.3. É facultado ao Município de Ecoporanga-ES, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório ou revogar a licitação.

11.4. Para celebrar o contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.5. Decorrido 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.6. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

11.7. Os termos do instrumento de contratação vincular-se-ão estritamente às disposições deste instrumento e às condições da proposta da empresa vencedora.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. A CONTRATADA SE OBRIGA A:

12.1.1. Executar o contrato em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços e o Termo de Referência.

12.1.2. Iniciar a execução dos serviços de transporte, previstos neste instrumento, a partir da data determinada pelo Gestor do contrato e ou recebimento da ordem de serviço.

12.1.3. Executar os serviços nas datas e horários solicitados, dentro dos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize a execução dos serviços de má qualidade.

12.1.4. Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato resultante deste certame licitatório.

12.1.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação.

12.1.6. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

12.2. O MUNICÍPIO DE ECOPORANGA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO OBRIGA-SE A:

12.2.1. Verificar a execução dos serviços se está em acordo a "Ordem de Serviço" emitida pelo Órgão Requerente.

12.2.2. Comunicar, por escrito, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.

12.2.3. Conferir e encaminhar as notas fiscais ao setor competente para autorizar os pagamentos.

12.2.4. Efetuar a fiscalização do contrato, que será feita por servidor devidamente legalizado, verificando a quantidade e a qualidade dos serviços e aplicando as penalidades cabíveis caso os serviços sejam de má qualidade.

12.2.5. Informar à Contratada o Gestor do Contrato e suas atribuições.

12.2.6. Efetuar o pagamento conforme estabelecido no item 16 deste Edital.

13 - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

13.1. O Gestor do Contrato é a pessoa designado pela Autoridade Competente para acompanhamento da execução deste Contrato com as seguintes atribuições:



13.1.1. Zelar pelo cumprimento fiel do presente Edital e seus anexos.

13.1.2. Verificar a execução dos serviços se está em acordo com o contrato.

13.1.3. Comunicar, por escrito qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.

14 - DA RESCISÃO, REVISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A contratante poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra.

14.2. Poderá ser processada revisão contratual provocada pelo desequilíbrio econômico do contrato e/ou diminuição do preço de acordo com a legislação que rege a espécie.

14.3. O futuro contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, observando o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos informados no Termo de Referência deste Edital.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a entrega da planilha de informações de controle de frequência do Transporte escolar, fornecido pelas escolas.

16.2. Será efetuado o pagamento em até 15 (quinze) dias, em conta-corrente da empresa contratada, após a confecção da nota de liquidação pela Secretaria Municipal de Finanças, devendo previamente ser devidamente atestada pelo Órgão Requerente.

16.3. A nota fiscal deverá discriminar os serviços prestados, seus preços unitários e totais de acordo com o Contrato.

16.4. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

16.5. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

16.6. Só haverá pagamento quando houver realização de serviços.

16.7. No ato do pagamento de cada parcela, a Contratada entregará Certidões Negativas, ou positivas com efeitos negativas, tais como: *Municipal, Estadual, Certidão Conjunta de Tributos Federais da União, INSS, FGTS e de Débitos Trabalhistas*, sendo essa juntada de obrigação do órgão requerente.

16.8. Os preços poderão sofrer alterações desde que cumprem ao disposto no Art. 57 da Lei 8.666/93, devidamente justificado.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas obedecerá ao disposto nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 "in totum".

17.2. A multa será estipulada pela seguinte fórmula: $M = 0,02 \times C \times D$. Onde: M = valor da multa; C = valor da obrigação; D = número de dias em atraso.

17.3. Constitui em faltas em que poderão ser aplicadas as sanções previstas nos itens 17.1 e 17.2 e ainda:

17.3.1. Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

17.3.1.1. Recusar-se a receber a requisição, Nota de Empenho, injustificadamente, ou se havendo justificativa, esta não for aceita pela Municipalidade;

17.3.1.2. Incurrir em inexecução total ou parcial do contrato;

17.4. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

17.5. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela Contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

17.6. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

17.6.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda



unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

17.6.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

17.6.3. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17.6.4. Destarte o supracitado, nada impede que sejam aplicadas cumulativamente ou não as demais sanções contidas no Artigo 87 da Lei 8.666/93.

18 - DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

18.1. Por força da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresa – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP, que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

18.1.1. No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME/EPP, deverá apresentar, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, ainda que os documentos pertinentes a regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

18.1.2. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

18.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

18.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do item ou lote do qual concorre, sob pena de preclusão;

18.2.2. A nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior aquela considera vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME/EPP);

18.2.3. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

18.3. No caso de equivalência de valores apresentados pela ME/EPP que se encontrem enquadradas, procederá da seguinte forma:

18.3.1. Será realizado um sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta, ou

18.3.2. Caso seja utilizado um software apropriado, obedecerá a sequência indicada pelo mesmo.

18.4. O Procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP.

19 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo deste órgão, situado à Rua Suelon Dias Mendonça, 20 – Centro - Ecoporanga – ES, no horário das 08h00min as 13h00min, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos nas Leis e Decretos contidos no Preâmbulo;

19.3. Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

19.3.1. Anulação ou revogação do edital;

19.3.2. Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;

19.3.3. Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

19.3.4. Quaisquer tipo de impugnação deverá obrigatoriamente ser protocolizada de forma escrita e impressa, não sendo aceita qualquer outro meio.

20 - DOS RECURSOS



20.1. Habilitado o proponente, o Pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

20.2. Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso, registrando-os em ata.

20.3. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

20.4. O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ecoporanga, no horário das 08h00min às 13h00min, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

20.5. Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

20.6. O recurso contra ato do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

20.7. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

20.8. Quaisquer tipo de recurso deverá obrigatoriamente ser protocolado de forma escrita e impressa, não sendo aceita qualquer outro meio.

21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, avaliação de documentos com pessoal técnico competente, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do

mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

21.3. Fica assegurado a Municipalidade o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.4. As cópia dos documentos exigido neste certame deverão estar autenticadas por qualquer processo de cópia (legível) por cartório competente ou pelo pregoeiro ou sua equipe, neste caso devendo o interessado apresentar o original.

21.5. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.7. Todas as declarações deverão estar assinadas pela pessoa responsável pela empresa, indicada no respectivo instrumento contratual ou pela procuração.

21.8. Das licitantes habilitadas procederá a verificação de autenticidade dos documentos de regularidade fiscal que contenham códigos de validação.

21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta municipalidade.

21.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.11. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos será atendido pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: pregao.ecoporanga@gmail.com, exceto impugnações.



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

21.12. Os comunicados que forem realizados serão encaminhados ao e-mail cadastro e os contatos serão nos números ali indicados.

21.13. É competente o Foro da Comarca de Ecoporanga-ES, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

21.14. Este Edital foi devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica com

observância às exigências legais constantes da Lei contidas no Preâmbulo.

Ecoporanga-ES, 14 de junho de 2013.

Roberto Freire

Pregoeiro - Portaria 004/2013



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Pregão Presencial nº 047/2013

Processo administrativo nº 3032 e 3483/2013

Requerente: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

1 - DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de linhas estaduais para o ano letivo de 2013/14.

2 - DAS LINHAS

Linha	TRAJETO	Turno	Veículo	QUILÔMETROS	KM/DIÁRIO IDA E VOLTA	Valor/ KM Rodado
Linha 2.13-A	São Geraldo x Encruzilhada Dona Neném x São Geraldo x Horto x Ecoporanga x São Geraldo	Vespertino	Microônibus	52,4	52,4	2,88
Linha 2.29-B	Joassuba x Fazenda Três Barras Martins Reis x (Beirador) x Joassuba.	Matutino	Kombi	20,0	20	2,79
Linha 2.30	Travessia x Córrego do Vermelho (Marcelo) x Queijeira x Russo x Fazenda Biti x Três Tombos x Fazenda Cerpal x Córrego do Leite x Joassuba x Travessia	Matutino	Van	70	70	2,71
Linha 2.40-A	Assentamento Barrinha x Franqueza x Vila Pereira x Assentamento Barrinha	Matutino	Microônibus	80	80	2,88
Linha 2.40-B	Assentamento Barrinha x Franqueza x Vila Pereira x Assentamento Barrinha	Vespertino	Kombi	80	80	2,44
Linha 2.43	Carnielli x São Cristovão X Santa Terezinha	Matutino	Kombi	35	70	2,44
	Carnielli x São Cristovão X Santa Terezinha	Vespertino	Kombi	35		

2.1. Tabela de valores

FAIXA POR KM	VALOR - R\$			
	KOMBI	VAN	MICRO ÔNIBUS	ÔNIBUS
0 a 40 km	2,79	3,13	3,33	3,60
41 a 80 km	2,44	2,71	2,88	3,09
Acima de 80 km	2,22	2,52	2,69	2,92

Tabela 1

2.2. Os valores unitários da tabela acima foram extraídos da Portaria nº 035-R de 19 de abril de 2013, da SEDU.

2.3. Os veículos destinados a transporte escolar não poderão transportar pessoas estranhas às atividades escolares.

2.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.5. A empresa contratada ficará na responsabilidade de transportar os alunos até o destino final em caso de qualquer impossibilidade de transporte com o veículo apresentado no contrato.

2.6. A empresa contratada não poderá transferir a terceiros, ao todo ou em parte os serviços contratados;

2.7. A empresa contratada receberá tão somente pelos serviços prestados de transporte escolar;

2.8. Será obrigatório acompanhantes nos veículos de transporte escolar somente nos casos de alunos portadores de necessidades especiais.

2.9. RECOMENDAÇÃO EM RELAÇÃO AOS MOTORISTAS

2.9.1. Exigir dos motoristas e acompanhantes que trajem-se adequadamente, utilizando camisas com manga, calças compridas, sapatos e identificação (crachá);

2.9.2. Exigir que os motoristas conduzam os escolares até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;



2.9.3. Exigir e incentivar que os motoristas e acompanhantes tratem com urbanidade os escolares e o público;

2.9.4. Determinar a proibição de caronas nos veículos a serviço do transporte de escolares;

2.9.5. Orientar os motoristas para que aproximem o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque dos alunos;

2.9.6. Orientar os motoristas e acompanhantes para recolher, guardar e, posteriormente, entregar, prazo máximo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo;

2.9.7. Exigir dos motoristas e acompanhantes que oriente os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em risco;

2.9.8. Impedir o trabalho após a ingestão de qualquer dose de bebida alcoólica ou de qualquer outra substância tóxica;

2.9.9. Dotar e manter em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;

2.9.10. A contratada acarretará com todas as despesas de combustível e derivados, bem como, com o condutor;

2.10. QUANTO AO VEICULO

2.10.1. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículos de carroçaria pintada na cor amarela, as cores identificadas devem ser invertidas e o número do registro no Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES) conforme determinação legal.

2.10.2. Os veículos deverão se enquadrar nas seguintes características:

2.10.2.1. Em caso de **Ônibus** possuir no mínimo **30 lugares** com poltronas.

2.10.2.2. Em caso de **Micro-ônibus** possuir no mínimo **21 lugares** com poltronas.

2.10.2.3. Em caso de **VAN** possuir no mínimo **11 lugares** com poltronas.

2.10.2.4. Em caso de **Kombi** ou similar possuir no mínimo **09 lugares** com poltronas.

2.10.2.5. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.

2.10.2.6. Lanternas de luz branco, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

2.10.2.7. Cintos de segurança em número igual a lotação.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. ÓRGÃO: 060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.1.1. Unidade Orçamentária: 004 – Programas e Convênios da Educação

3.1.2. Função: 12 – Educação

3.1.3. Sub-função: 361 – Ensino básico

3.1.4. Programa: 0016 – Gestão de Programas e Convênios da Educação

3.1.5. Projeto/Atividade: 2.047 – Manutenção do Transporte escolar - SEDU

3.1.6. Elemento da despesa: 333903600000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

3.1.7. **Fonte de Recursos: 15010001 – Convênio com Estado.**

3.1.8. Ficha: 0000143

4 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O Contrato terá início após sua assinatura e sua vigência será até o dia XX/XX/XX.

4.2. O Contrato poderá ser prorrogado conforme a legislação vigente

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS



Prefeitura Municipal de Ecoporanga

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

5.1. Em caso de impossibilidade de realização do transporte por motivo de estradas/ruas interrompidas ou intransitáveis devido à precipitação pluviométrica deverá a contratada comunicar por escrito imediatamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, caso não seja comunicada caberá a esta Secretaria a suspensão do pagamento do período paralisado.

5.2. Em caso de greve, a prestação de serviço será suspensa durante o período em que a mesma durar e as empresas deverão reiniciar o serviço imediatamente após o seu término, bem como, deverão executar a reposição do período paralisado mediante determinação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Pregoeiro Municipal

Ref. Pregão Presencial nº 047/2013

Processo administrativo nº 3032 e 3483/2013

A empresa [...] inscrita no CNPJ nº [...], por intermédio de seu (sua) representante legal o(a) Sr. (Sr^a) [...], portador(a) da Carteira de Identidade nº. [...] e do CPF [...], vem, pelo presente apresentar a PROPOSTA DE PREÇOS para a prestação de serviços de transporte escolar no Município de Ecoporanga/ES para o ano letivo de 2013/2014, conforme a planilha em anexo

Declaramos que estão inclusos no valor cotado, bem como até o último lance ofertado, já estão incluso todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos inerentes ao objeto desta licitação.

O prazo para início de execução dos serviços é imediatamente após a autorização pelo gestor do contrato.

Nossa proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Os dados para pagamento em favor de nossa empresa são:

Banco:

Nome da agência:

Nº da Agência:

Conta Bancária:

Local/UF, __ de ____ de 2013.

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

ANEXO À CARTA PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS e demais informações dos itens conforme quadro abaixo:

LINHA	LINHAS / TRAJETO / TURNO	TIPO DE VEÍCULO/PLACA	VALOR POR QUILOMETRO	QTD KM	VALOR TOTAL



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS

....., inscrita no CNPJ (MF) nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (Sra.)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF (MF) nº, DECLARA, em conformidade com disposto no Art. 4º inciso VII, da Lei 10520/02, DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital, que rege o certame acima indicado, sob as penalidades do Art. 299 do Código Penal brasileiro.

_____, __, XX de XXXXXXX de 2013.

(local e data)

Assinatura do declarante

(Esta declaração deverá ser apresentada no credenciamento.)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

....., inscrita no CNPJ (MF) nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (Sra.)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF (MF) nº,DECLARA ainda, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que **não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.**

Ressalva: Emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz. ().

_____/XX, XX de XXXXX de 2013.

(local e data)

Assinatura do declarante



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

_____, CNPJ nº _____ (nome do profissional ou da empresa) _____ (endereço completo) declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Presencial nº 047/2013, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

_____, _____ de _____ de 2013.

(nome completo do representante da empresa, nº da C.I. e assinatura)



ANEXO VI - PROCURAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2013

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a empresa..... com sede na Rua....., nº., cidade de, Estado do....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx](#), representada, neste ato, por seu(sua) sócio-gerente, Senhor (senhora) brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a),, residente e domiciliado à, nomeia e constitui seu representante o(a) Senhor(a), brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), [xxxxxxxxxxxxxx](#), portador da cédula de identidade RG nº., e do CPF nº. [xxx.xxx.xxx-xx](#), a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão Presencial nº. 047/2013, instaurado pelo Município de Ecoporanga, ES, em especial para firmar declarações e atas apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos, assinar propostas após a etapa de lances e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

CIDADE-UF, [XXXX](#) de [XXXXXXX](#) de 2013.

Assinatura do responsável pela outorga





ANEXO VII - DECLARAÇÃO ME/EPP

Modelo de Declaração de Pessoas Jurídicas Optantes pelo Simples

Ilmo. Sr. Roberto Freire
Pregoeiro
Pregão Presencial nº 047/2013

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao MUNICÍPIO DE ECOPORANGA-ES, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Ecoporanga/ES, **XXXX** de **XXXXXX** de 2013.



Assinatura do Representante legal



Assinatura do Contador



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO ME/EPP

Modelo de Declaração de Pessoas Jurídicas Não Optantes pelo Simples

A

Prefeitura Municipal de Ecoporanga

A/C: Pregoeiro

Ref.: Pregão 047/2013

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Ecoporanga/ES, XXXX de XXXXXX de 2013.

Assinatura do Representante legal



Assinatura do Contador





ANEXO IX

DADOS DA EMPRESA E SEU ADMINISTRADOR

Os dados solicitado aqui serão usados para o preenchimento da Ata de Registro de Preços.

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL					
NOME FANTASIA:					
CNPJ:			INSC. ESTADUAL:		
ENDEREÇO	BAIRRO		COMPLEMENTO		
CIDADE:	CEP:		UF		
E-MAIL PRINCIPAL	TELEFONES				
E-MAIL (SECUNDÁRIO)	FAX		CELULAR		

REPRESENTANTE/PROCURADOR:

NOME:					
CPF					
RG Nº:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:		UF:		
EMAIL:					
TELEFONES:	CELULAR:				
ENDEREÇO:				Nº:	
BAIRRO:	CIDADE:			UF:	
COMPLEMENTO:	CEP:				



ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº.

Que entre si celebram: Contrato de Prestação de serviços que entre si celebram: **O MUNICÍPIO DE ECOPORANGA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.167.311/0001-04, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. **PEDRO COSTA FILHO**, brasileiro, casado, r, Prefeito Municipal, portador do CPF Nº. 491.695.629-72 e cédula de identidade nº. 2.402.182-SSP-MG, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE** e, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/CPF sob o nº....., inscrição estadual Nº....., sediado na, N.º., na cidade de,, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr.(A), brasileiro(a), estado civil.....,, inscrito(a) no CPF sob o nº., residente e domiciliado(a) na rua, nº.,, na cidade de,, doravante denominado(a) **CONTRATADA**, fica justo e contratado, consoante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, o seguinte:

Aos () dias do mês de () do ano de **dois mil e onze (2012)**, o **MUNICÍPIO DE ECOPORANGA** e a **CONTRATADA**, ambos anteriormente qualificados, com base no **Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Presencial n.º 047/2013** nos termos da **Lei nº 10.520/02** e da **Lei 8.666/93**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, observadas para tanto, as cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

- 1.1 - Constitui objeto do presente **CONTRATO** a "Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de linhas estaduais para o ano letivo de 2013."
- 1.2 - O(s) veículo(s), valores e quantidade de quilômetros será especificado conforme tabela abaixo:
- 1.3 - O período do contrato será de **xx(xxxxxxxxxxxx) dias letivos do calendário escolar 2013/14**, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação aplicável.
- 1.4 - Tabela de linhas

ITEM	LINHA	TRAJETO	TURNO	VEÍCULO/PLACA	KM	VALOR/KM	TOTAL R\$

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

- 2.1 - Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço unitário.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 - O valor global deste **CONTRATO** é de **R\$: ()**;
- 3.2 - O pagamento em até 15 (quinze) dias, em conta-corrente da empresa contratada, após a confecção da nota de liquidação pela Secretaria Municipal de Finanças, devendo previamente ser devidamente atestada pelo Órgão Requerente.
- 3.3 - No ato do pagamento de cada parcela, o contratado entregará Certidões Negativas, ou positivas com efeitos negativas, tais como: Municipal, Estadual, Certidão Conjunta de Tributos Federais da União, INSS, FGTS e de Débitos Trabalhistas, sendo essa juntada de obrigação do órgão requerente.
- 3.4 - A Nota Fiscal deverá discriminar os serviços executados.
- 3.5 - Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes às penalidades eventualmente aplicadas.
- 3.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 - **A empresa contratada se obriga a:**



- 4.1.1. Executar o contrato em conformidade com as disposições no edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- 4.1.2. Iniciar os serviços, previstos neste instrumento, a partir da data de assinatura do contrato.
- 4.1.3. Executar os serviços deste Contrato, sem interrupções, durante a vigência do contrato, pelos preços consignados na proposta e estar com todos os veículos à disposição nos dias e horários previstos, mesmo que não utilize em algum dia todos eles, sendo que neste caso (de inutilização de algum veículo por motivo de falta de aluno para lotação do mesmo) receberá normalmente por aquele (s) veículo (s) que efetuar (em) o compromisso, não sendo pago o dia daquele (s) que não cumprir com o certame no determinado dia, mesmo por tal justificativa.
- 4.1.4. Executar os serviços na data solicitada, dentro dos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar pela má qualidade dos serviços.
- 4.1.5. Em caso de substituição de algum veículo da prestação de serviços, mesmo que temporariamente, deverá a contratada oficializar a substituição junto ao Gestor do Contrato para o acompanhamento, para que este emita parecer favorável que será anexado ao processo de contratação do serviço.
- 4.1.6. Apresentar a fatura com o valor correspondente ao serviço e descrever o serviço efetuado.
- 4.1.7. Observada a legislação em vigor, a qualquer tempo e mediante aditivo próprio, poderá o Contratante promover acréscimos ou supressões no objeto contratado no percentual de 25% nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 4.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.
- 4.1.9. Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato resultante deste certame licitatório.
- 4.1.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação.
- 4.1.11. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 4.1.12. *Incluir, ao fazer o contrato, todas as obrigações contidas no Termo de Referência.*

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - O Contratante obriga-se a:

- 5.1.1. Efetuar o pagamento, mensalmente, em conta-corrente, após feito nota de liquidação do serviço, mediante ordem bancária em até 15 (quinze) dias, devendo a contratada apresentar a nota fiscal, sendo devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- 5.1.2. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato;
- 5.1.3. Efetuar a fiscalização do contrato, que será feita pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, verificando a quantidade e a qualidade dos serviços e aplicando as penalidades cabíveis caso os serviços executados sejam de má qualidade;

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 - A execução dos serviços de transporte será prestado pela contratada de em conformidade com os termos do Edital e do presente contrato.
- 6.2 - O preço máximo a ser pago pelo Contratante, será o qual a proponente foi declarada vencedora;

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

- 7.1 - Verificar a execução dos serviços se está em acordo com o contrato;
- 7.2 - Comunicar qualquer descumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.3 - Receber e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação as reclamações, sugestões e elogios essenciais à perfeita execução dos serviços.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 - As sanções administrativas obedecerá ao disposto nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 "in totum".
- 8.2 - Conforme prevê o Art. 86 da Lei 8.666/93 a multa será estipulada pela seguinte fórmula: $M = 0,02 \times C \times D$. Onde: M = valor da multa; C = valor da obrigação; D = número de dias em atraso.
- 8.3 - Constitui em faltas em que poderão ser aplicadas as sanções previstas nos itens 8.1 e 8.2:
 - 8.3.1. Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;



8.3.2. Recusar-se a receber a ordem de serviço, injustificadamente, ou se havendo justificativa, esta não for aceita pela Municipalidade;

8.3.3. Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato.

8.4 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

8.5 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela Contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

8.6 - As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

8.7 - A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

8.8 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

8.9 - As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9 - CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS.

9.1 - A contratada deverá estar em condições para dar início a prestação de serviços, no máximo em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, sob pena de revisão contratual e aplicação de multa correspondente à não execução do Contrato;

9.2 - O prazo da presente CONTRATO será de __ (__) dias letivos (do calendário escolar 2013/14), com início em __ (__) de __ (__) de 2013 e término em __ (__) de __ (__) de XXX, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - RECURSOS FINANCEIROS.

10.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão dos recursos na seguinte dotação orçamentária:

10.1.1. *Conforme descrito no termo de Referência.*

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - O contratante poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO

12.1 - Poderá ser processada revisão contratual provocada pelo desequilíbrio econômico do contrato e/ou diminuição do preço.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, observando o limite estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Os termos deste contrato, na sua execução, será dado em consonância com as normas editais do qual os deu origem.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

15.1 - Quaisquer questões deste CONTRATO serão dirimidas no foro da Comarca de Ecoporanga, ES.

15.2 - E, por estarem acordes, é o presente CONTRATO, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes em presença de duas testemunhas que também assinam 03(três) vias de igual teor.

MUNICÍPIO DE ECOPORANGA - ES
PEDRO COSTA FILHO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1ª _____
Nome:
CPF nº.

2ª _____
Nome:
CPF nº.